



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Helena Roseta

Despacho nº 13/GVHR/2010

**Procedimentos em casos de agressões, vandalismo
ou obstrução de atribuição de habitação municipal**

Considerando que:

I – No âmbito do processo de atribuição de fogos municipais e no âmbito da gestão social e patrimonial do parque habitacional do município de Lisboa têm-se verificado com muita frequência os seguintes factos:

- a) Agressões verbais e físicas, ou agressões físicas na forma tentada, a trabalhadores desta autarquia, bem como a funcionários da Gebalis, no exercício das suas funções, por parte de utentes;
- b) Vandalização e/ou destruição ou tentativa de destruição de bens destinados ao uso dos serviços públicos;
- c) Vandalização e/ou destruição de imóveis destinados ao fim habitacional propriedade da autarquia;
- d) Impedimento do uso de fogo municipal por agregado a quem a Câmara o atribuiu.

II – Tais comportamentos são intoleráveis, merecem total reprovação e são censuráveis do ponto de vista social e penal.

III – A delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara nos Vereadores, através do Despacho nº 166/P/2009 publicado no 1º Suplemento ao Boletim Municipal nº 824, de 3 de Dezembro.

IV – Nos termos do disposto na Aviso nº 9769-A/2002 (2ª série) – A.P., que tornou pública a reestruturação orgânica dos serviços, da Câmara Municipal de Lisboa:

- a) Compete ao Gabinete da Ouvidoria, do Departamento Jurídico, “ (...) c) Assegurar a representação forense do município, dos seus órgãos e titulares, bem como dos funcionários e



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Helena Roseta

outros trabalhadores, por actos legitimamente praticados no âmbito das suas competências ou funções e por força destas, sempre que o interesse municipal e a complexidade o requeiram (...);

b) Compete à Polícia Municipal “ (...) b) Vigiar e guardar património municipal e colaborar na resolução de problemas relacionados com os seus ocupantes e utilizadores. (...)”.

V – Cabe ao Conselho de Administração da Gebalis – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EM, empresa pública municipal constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer, nos termos do previsto na alínea f) do artº 8º dos respectivos Estatutos.

DETERMINO o seguinte:

1 – Sempre que ocorra algum dos **factos referidos no ponto I dos considerandos** devem os trabalhadores da autarquia ou da Gebalis solicitar de imediato:

- a) A presença da Polícia Municipal para tomar conta da ocorrência e lavrar o respectivo auto de notícia;
- b) A realização de uma vistoria ao local para avaliação dos danos nos bens, com estimativa do custo da reparação dos mesmos ou, eventual substituição.

2 – O infractor deverá ser notificado para, voluntariamente, ressarcir o município dos danos causados, no prazo de quinze dias úteis a contar da data da recepção da notificação, tendo em conta a avaliação desses danos e a estimativa dos custos, sob pena de dedução de pedido de indemnização cível no âmbito do processo crime.

3 - Relativamente à ocorrência dos **factos referidos na alínea a) do ponto I dos considerandos**, cujo procedimento criminal dependa de acusação particular, pode o trabalhador ofendido, querendo, expor os factos com indicação das respectivas testemunhas em requerimento dirigido ao superior hierárquico que o remeterá ao meu gabinete, com cópia do auto de notícia lavrado pela polícia municipal, para conhecimento.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Gabinete da Vereadora Helena Roseta

4 – Quando o trabalhador for notificado para prestar declarações, no âmbito do processo-crime, em dia e hora determinados, pode solicitar, querendo, junto do seu superior hierárquico:

- a) A intervenção de advogado do Gabinete da Ouvidoria, no caso de ser trabalhador da autarquia;
- b) Que a Gebalis assegure as despesas inerentes ao processo judicial, no caso de ser trabalhador desta empresa municipal.

5 – Sempre que os factos constantes da alínea c) e d) do ponto I dos considerandos sejam praticados por inquilinos municipais será de imediato iniciado o procedimento para efeitos de:

- a) Cessação da utilização do fogo municipal atribuído no regime de cedência precária, ao abrigo do disposto na alínea a) do n  1, da Lei n  21/2009, de 20 de Maio; ou
- b) Instauração de processo judicial para resolução do contrato de arrendamento celebrado no regime de renda apoiada, ao abrigo do art.  1083 , n  2, alínea b), do Código Civil.

6 – Independentemente dos procedimentos acima definidos, os factos constantes das alíneas b) e c) são passíveis de procedimento criminal por parte do município.

Publique-se em Boletim Municipal.

Lisboa, 29 de Outubro de 2010

A Vereadora

Helena Roseta

Helena Roseta